

Educação Financeira dos tomadores de Microcrédito de uma OSCIP no município de Maringá-PR

Financial Education of Microcredit borrowers of an OSCIP in the city of Maringá-PR.

Leomar Antônio Romanzini Filho¹

Vilma Meurer Sela²

Ligia Greatti³

Resumo

O presente estudo tem como objetivo compreender o perfil dos tomadores de microcrédito da OSCIP Maringá Crédito Solidário com relação à educação financeira. A pesquisa caracteriza-se como quantitativa e descritiva, realizada por meio de questionário aplicado aos tomadores de microcrédito da Maringá Crédito Solidário, no período entre 30 de novembro a 10 de dezembro de 2019. A análise dos dados foi realizada por meio da estatística descritiva, com o auxílio de planilha eletrônica, buscando identificar o comportamento dos pesquisados com relação ao hábito de consumo, gastos e sua relação com a renda, uso do crédito, endividamento e inadimplência, propensão a poupar e investir, bem como o planejamento para a aposentadoria. A pesquisa revelou que em alguns quesitos os pesquisados apresentaram um perfil mais próximo de uma pessoa educada financeiramente (hábito de consumo, gastos e sua relação com a renda e duas modalidades de uso do crédito) que outros (financiamento como modalidade de crédito, endividamento e inadimplência, propensão a poupar e investir e planejamento para a aposentadoria). No entanto, o perfil de educação financeira dos pesquisados está muito aquém de um perfil esperado, mostrando que medidas devem ser tomadas para melhorar essa situação no curto prazo e longo prazo.

Palavras-chave: Educação financeira; Microcrédito; Endividamento; Gestão financeira.

Abstract

This article aims to understand the profile of OSCIP Maringá Crédito Solidário microcredit borrowers in relation to financial education. The research is characterized as quantitative and descriptive, carried out through a questionnaire applied to microcredit borrowers of Maringá Crédito Solidário, from November 30 to December 10, 2019. Data analysis was performed using descriptive statistics, with the aid of an electronic spreadsheet, in order to identify the behavior of respondents in relation to consumption habits, expenses and their relationship with income, use of credit, indebtedness and default, propensity to save and invest, as well as planning for the retirement. The survey revealed that in some aspects the respondents had a profile closer to a person with financial education (consumption habit, spending and its relationship to income and two types of credit use) than others (financing as a type of credit, indebtedness and default, propensity to save and invest, and plan for retirement). However, the respondents' financial education profile is far from expected, showing what measures should be taken to improve this situation in the short and long term.

Keywords: Financial Education; Microcredit; Indebtedness; Financial management.

Recebido em (*manuscript first received*): 21/12/2021

Aprovado em (*manuscript accepted*): 04/11/2022



DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v11i2.2582>

1 Introdução

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), o nível de endividamento no Brasil vem aumentando nos últimos anos, impactando diretamente a vida das pessoas, das famílias e empresas. Além de outros fatores, este endividamento pode ter origem,

¹ Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: leomarromanzini@hotmail.com

² Doutora em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil. Professora do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: vmseila@uem.br

³ Doutora em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil. Professora e Coordenadora Adjunta do Curso de Administração da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: lgreatti@uem.br

Nota: O artigo foi publicado em versão preliminar nos Anais do V Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2021).

também, nos estímulos de acesso ao crédito, que tornaram mais fácil no país, aliados à falta de conhecimento sobre planejamento financeiro. Claudino, Nunes e Silva (2009) fazem uma relação direta destes incentivos ao crédito com um nível de endividamento mais elevado. Nesse cenário, as pessoas ficam expostas a formas de pagamento atrativas, mas com taxas de juros que a longo prazo podem causar problemas financeiros graves.

O número de pessoas jurídicas nas bases cujo SPC Brasil tem acesso aumentou 9,41% no período entre junho de 2018 até junho de 2019, segundo dados do Serviço de Proteção ao Crédito - SPC (2019). Na mesma linha, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostra que em dezembro de 2019 o cartão de crédito atingiu 79,8% das causas de endividamento. Em segundo lugar, aparecem os carnês (15,6%) e, em terceiro, o financiamento de automóveis (9,9%). Nota-se que a insciência das pessoas em manipular e fomentar investimentos, aliada ao contexto econômico desfavorável, acaba por afetar a capacidade financeira de desenvolvimento do país.

Segundo Freitag (2009), uma criança no Brasil, em razão da falta de ensino obrigatório sobre educação financeira, tem grandes chances de alcançar a vida adulta sem entendimento de operações bancárias simples e de noções básicas de como controlar sua renda. Esta falta de preparo no começo da vida traz consequências futuras, não só na vida pessoal adulta, mas também para aqueles que querem gerir seu próprio negócio, bem como na saúde de empresas. Para Vieira, Bataglia e Sereia (2011), essa falta de conhecimento está atrelada ao passado cultural e histórico do país, quando as variações monetárias e as altas taxas de inflação, durante muito tempo, foram características marcantes da economia. Neste contexto, o indivíduo era levado a tomar decisões de curto prazo, devido às incertezas do mercado.

Atualmente, cabe às iniciativas virtuais e presenciais de cursos de educação financeira buscar diminuir o analfabetismo financeiro brasileiro, através de opções como vídeo aulas, conteúdos escritos, aulas presenciais, aplicativos, palestras dentre outros. Estas iniciativas, inclusive, vêm crescendo no Brasil. Segundo dados da ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) em 2018, foram mapeadas 72% mais iniciativas do que em 2013. Porém, quando se analisa os números absolutos, é de fácil percepção que o número ainda é muito baixo, sendo que em 2013 esse número era de 526 programas mapeados, passando para 1383 em 2018. A maior parte das iniciativas é destinada ao público em geral, sem distinção de renda, idade, gênero ou acesso a instrumentos financeiros. Ainda segundo a ENEF em relação a públicos profissionais, a maioria não tem distinção conforme o tamanho da empresa ou a renda.

Em meio a todos esses problemas, encontra-se também o micro e pequeno empreendedor brasileiro que tem a necessidade de tomar crédito para sustentar as atividades operacionais do seu negócio. No universo das microfinanças, o microcrédito vem para ajudar esses pequenos empreendedores a ter acesso ao sistema financeiro e na obtenção de empréstimos de pequenos valores, sendo uma alternativa para a globalização excludente, que deixa uma parte da população, normalmente a menos favorecida e de baixa renda, de fora do sistema financeiro formal (Gonzalez, *et al.*, 2010). O microcrédito é reconhecido como um importante instrumento de inclusão financeira e combate às desigualdades de oportunidade (Bacen, 2011; Estrella, 2008). No entanto, é necessário que junto com o crédito o indivíduo tenha também uma base sobre educação financeira, pois sem ela o mesmo passará para uma situação de endividamento, o que será ainda mais prejudicial para a saúde financeira da sua empresa e também pessoal.

De acordo com o Sebrae (2014), aproximadamente metade das pequenas e microempresas não chegam ao terceiro ano de vida e uma das razões é a saúde financeira das mesmas. As dificuldades financeiras muitas vezes são relacionadas pelos empreendedores com fatores externos, como concorrência e falta de clientes, ou até mesmo a falta de capital de giro (Greatti; Previdelli, 2007). No entanto, pode estar atrelada a diversos outros fatores, como a dificuldade de gestão das contas, o desequilíbrio entre renda e gasto, a falta de poupança, a busca desnecessária do crédito, ao excessivo endividamento, à falta de conhecimento sobre investimentos, entre outros fatores que poderiam ser minimizados se o indivíduo fosse educado financeiramente (Greatti; Previdelli, 2007). Diante deste cenário, o estudo tem como objetivo compreender o perfil dos tomadores de microcrédito da OSCIP Maringá Crédito Solidário (MCS) com relação à educação financeira. A MCS é uma das principais

instituições de microfinanças, situada em Maringá-PR, que trabalha para proporcionar microcrédito a micro e pequenos empreendedores da região.

Desta forma, o presente estudo visa contribuir com a discussão sobre educação financeira, ao buscar entender o nível de conhecimento dos tomadores de microcréditos sobre o tema educação financeira, bem como estabelecer uma ligação entre o nível de conhecimento e o hábito de consumo, gastos e sua relação com a renda, financiamento, endividamento e inadimplência, propensão a poupar e investir, bem como planejamento para a aposentadoria. Acredita-se que um indivíduo com conhecimento sobre educação financeira consegue lidar com esses elementos de forma mais sensata e consciente, transportando seus conhecimentos e habilidades para o seu negócio e, assim, consegue proporcionar uma boa gestão financeira e o desenvolvimento do mesmo.

2 Revisão da Literatura

2.1 Educação Financeira

Por educação financeira entende-se o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, obtêm informação e instrução, desenvolvem habilidades e confiança, de modo a ficarem mais cientes sobre os riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas mais conscientes e, assim, adotarem ações para melhorar seu bem-estar (OCDE, 2005). Meier e Sprenger (2012) mencionam que por meio da educação financeira os indivíduos tornam-se capazes de gerir seus fluxos financeiros de forma racional e consciente, o que proporciona consumidores e investidores com maior autonomia financeira.

Com base na definição da OCDE, o Banco Central do Brasil apresenta a educação financeira como o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros e que essa melhora da compreensão vem por meio de informação, formação e orientações, fazendo, assim, com que as pessoas adquiram os valores e competências necessários para se transformarem em sabedores dos riscos e oportunidades do mundo financeiro, para que possam fazer escolhas fundadas ou saber onde procurar ajuda para fazer essas escolhas, melhorando seu bem estar (Bacen, 2019). Portanto, trata-se de um processo que vai contribuir conscientemente para a construção de indivíduos, e, por conseguinte, sociedades financeiramente responsáveis.

A educação financeira, segundo Matos, Bonfanti e Mette (2015), muitas vezes confundida com o conhecimento financeiro, tem como objetivo central moldar a capacidade dos indivíduos em aplicar ou colocar em prática todos os conhecimentos obtidos, através de decisões de cunho econômico e financeiro.

O domínio sobre a gestão financeira pessoal é fator fundamental para a pessoa ter um bom nível de educação financeira, sendo necessário a transmissão de seus conhecimentos através das práticas do dia a dia, ampliando ainda mais as capacidades financeiras pessoais (Coelho, 2014). O autor aponta, no entanto, que a grande quantidade de produtos no mercado faz com que as pessoas fiquem mais propensas ao consumismo, levando a problemas de gestão financeira. Correia (2015) também afirma que a educação financeira se dá por uma boa gestão financeira pessoal. Wisniewski (2011) complementa essa visão, afirmando que a utilização de ferramentas próprias para gestão financeira é muito importante para a pessoa ser educada financeiramente, contribuindo com a capacidade de poupar da pessoa e conduzindo a novos entendimentos em diversas áreas como o mercado de capital e de financiamento. Hira (2009) sugere que a gestão das finanças pessoais engloba competências de diversas áreas de estudo como a sociologia, psicologia e economia, sendo necessário um conhecimento multidisciplinar para gerir bem as finanças.

Segundo Lusardi (2014), o nível de educação financeira da pessoa tem relação direta com a sua capacidade de pensar financeiramente a longo prazo podendo assim planejar melhor suas ações, como poupar dinheiro no presente para fazer uma viagem no futuro. A educação financeira proporciona a capacidade no indivíduo de planejar e tomar decisões financeiras de forma correta,

estar atento ao mercado e assuntos como dinheiro, crédito, investimentos, impostos, entre outros que são considerados relevantes na oferta de produtos e serviços financeiros (Hira, 2009). Pinheiro (2008) segue a mesma linha, ao dizer que o endividamento e a educação financeira são conceitos atrelados, eis que, a pessoa que tem domínio sobre finanças tende a consumir tanto produtos como serviços de uma maneira mais consciente. O indivíduo que possui educação financeira tem habilidades para gerenciar suas contas, tem maior disponibilidade de renda e menor endividamento, e contribuem para a estabilidade e eficiência do sistema econômico (Klapper *et al.*, 2012).

Segundo Marques e Frade (2003), o endividamento ocorre quando uma pessoa passa a consumir recursos de terceiros com a promessa de devolver o recurso consumido em data estabelecida e, na maioria das vezes, além do montante total, uma parcela grande ou pequena de juros e correção monetária. Assim, torna-se muito importante que, junto com a oferta do crédito, se ofereça também a educação financeira, para que o uso do crédito seja feito de forma responsável e apenas quando necessário, visando proporcionar desenvolvimento em vez de gerar endividamento e inadimplência. Ferreira (2008) argumenta que tem aumentado cada dia mais o conformismo e aceitação social da inadimplência, sendo encarada como uma situação que a vida nos leva e não como uma decisão tomada conscientemente em relação à própria vida financeira. Ainda segundo Ferreira (2008), muitas vezes a dívida deixa de ser encarada como uma vergonha e passa a ser uma espécie de troféu para o endividado.

Por meio da educação financeira Krüger (2014) diz que a capacidade do indivíduo se amplia, passando a tomar decisões mais bem planejadas, como a aquisição de um bem que pode apresentar um risco caso ocorra sem o devido planejamento. Ainda, segundo a autora, a educação financeira vai ajudar o indivíduo a poupar seu dinheiro e assim também ferramentas tecnológicas, como planilhas eletrônicas, auxiliam nesta tarefa.

Halfeld (2001) entende que a educação financeira busca o equilíbrio econômico através de competências pessoais. O autor afirma ainda que a educação financeira deveria ser basilar para todos os consumidores, ajudando a investir dinheiro e ensinando a poupar e ampliar o entendimento sobre finanças básicas e avançadas. De acordo com Costa e Miranda (2013) o ato de poupar significa guardar parte da renda presente para ser utilizada no futuro e, o quanto poupar em um determinado período deveria ser uma das decisões financeiras mais comuns e mais simples para todos os indivíduos. No entanto, segundo os autores, estudos empíricos permitem deduzir que as pessoas de renda mais alta tendem a poupar mais para a aposentadoria e a apresentar uma taxa de poupança mais alta em relação às pessoas de baixa renda, ao longo da vida.

Nesse sentido, Lusardi e Mitchell (2007) afirmam que, no longo prazo, a educação financeira está diretamente ligada ao planejamento da aposentadoria, sendo assim, para uma pessoa que possui educação financeira se torna mais fácil conseguir poupar seu dinheiro, pensando em aposentadoria e rendimentos no futuro.

Desse modo, as pessoas que apresentam um nível maior de conhecimento e de educação financeira têm mais chances de não se endividar e ter uma renda maior (Klapper *et al.*, 2012) e também de poupar. Ainda, segundo os autores, as pessoas, ao terem uma estrutura financeira melhor, acabam por ter uma qualidade de vida melhor também. A falta da educação financeira, segundo Savoia *et al.* (2010) compromete o quadro econômico tanto pessoal como das famílias. Esse comprometimento observado pelos autores se dá pela inabilidade de fazer e saber contas matemáticas. Segundo os autores, a família brasileira ainda tem o costume de fazer compromissos de longa duração sem a devida análise dos riscos envolvidos.

A European Commission (Fin-Focus, 2008), sustenta que dentre os problemas trazidos pela falta da educação financeira, estaria uma menor consciência nas decisões tomadas pelas pessoas no dia a dia. Amorim (2018) pontua que a educação financeira contribui com o amadurecimento dos indivíduos em relação ao uso de seus recursos financeiros.

2.2 Educação Financeira Empresarial

A educação financeira empresarial é um assunto pouco explorado no país. Segundo Martins (2004), a grande maioria dos empresários no Brasil não sabe o que é balanço patrimonial, fluxo de

caixa e demonstração de renda. Muitos deles também tem pouca afinidade com o mundo financeiro em geral. A falta de preparo para atuar nas decisões financeiras de uma empresa e, principalmente, as dificuldades em fazer um planejamento de curto, médio e longo prazo pode levar os empresários a contraírem dívidas em excesso, mostrando inabilidade nos instrumentos financeiros. Um indivíduo educado financeiramente na vida pessoal tem uma grande propensão de planejar e gerenciar bem as finanças dos seus negócios. O conhecimento sobre gestão de entradas e saídas de caixa, planejamento financeiro, noções de investimentos e financiamentos são conceitos empregados na vida pessoal que se mostram ferramentas muito eficientes quando levados para o gerenciamento dos negócios.

O Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF) assume-se como um instrumento que reconhece a importância da inclusão e formação financeira, define os princípios gerais de orientação para a sua promoção, além de enquadrar e apoiar a realização de iniciativas a nível nacional. O PNFF (2016) pontua que os gestores devem ter facilidade em assimilar os processos financeiros que estão no dia a dia para conseguirem enfrentar os obstáculos da gerência empresarial. Deve-se também adotar posturas e práticas para o conhecimento ser de fato bem aproveitado.

Ainda segundo o PNFF (2016), a educação financeira no setor empresarial é uma metodologia pela qual empreendedores, empresários, administradores, gestores e dirigentes de micro, pequenas e médias empresas conseguem desenvolver conhecimentos financeiros para ajustar às necessidades e às condições da economia.

Em pesquisa realizada pelo Sebrae SP (2014), foram apontadas as razões do sucesso ou fracasso das empresas nos primeiros cinco anos. A referida pesquisa mostra que 46% dos empreendedores afirma ter iniciado o negócio sem conhecer os hábitos de consumo dos clientes, nem o número de consumidores que teriam. Outros 39% ignorava qual o capital de giro necessário para abrir a empresa e 38% não sabia quantos concorrentes enfrentariam. O conhecimento sobre o capital de giro, um dos fatores apontados na pesquisa, é um dos aspectos que se o indivíduo for educado financeiramente ele conseguirá planejar na sua empresa, evitando assim o fracasso por esse motivo.

Assim como o capital de giro, o investimento e financiamento são aspectos importantíssimos na educação financeira, como já foi colocado anteriormente. Um fator importante relacionado é sobre a disponibilização de crédito, principalmente para a camada mais pobre da população. De acordo com dados do Banco Central, o endividamento das famílias vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, principalmente em famílias tomadoras de crédito (Bacen, 2015). Assim, torna-se muito importante que junto com o acesso ao crédito, principalmente nas camadas sociais mais pobres, se tenha também a educação financeira, para que o uso do crédito seja feito de forma responsável e consciente, para que se gere desenvolvimento em vez de endividamento e inadimplência.

Assim sendo, a literatura mostra que a educação financeira se apresenta como uma ferramenta com grande potencial para melhorar a qualidade de vida do cidadão, uma vez que, com conhecimento sobre educação financeira, o indivíduo adquirirá habilidades de gestão de sua renda, reduzindo consumo e gastos desnecessários, poupando para manter uma reserva financeira, investindo, planejando e tomando decisões com relação a demanda e uso de crédito de forma consciente, sobre inadimplência e pagamento de dívidas, dentre outros fatores que afetam sua vida financeira, tanto no curto como no longo prazo.

3 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva e quantitativa. A pesquisa descritiva segundo Jung (2004) tem como base a identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que de alguma forma se relacionam com o fenômeno estudado. Já a pesquisa quantitativa, como esclarece Fonseca (2002), pode ter os seus resultados quantificados, ou seja, os dados coletados serão medidos para depois serem analisados, recorrendo à linguagem matemática para descrever o que causa o fenômeno estudado. Desse modo, o estudo se caracteriza como descritivo, pois tem como objetivo compreender o perfil de educação financeira dos tomadores de microcrédito da Maringá Crédito Solidário (MCS), usando para isso análise quantitativa.

Os dados sobre o perfil de educação financeira dos tomadores de crédito foram coletados por meio de questionário aplicado aos tomadores de crédito da Maringá Crédito Solidário (MCS) que

participaram de um minicurso sobre Educação Financeira, ofertado pela Universidade Estadual de Maringá, em 30 de novembro de 2019. Foram coletados 28 questionários, respondidos de forma anônima, no período entre 30 de novembro de 2019 a 10 de dezembro de 2019, não contando com a presença do pesquisador no momento da aplicação. O questionário apresentou uma série de perguntas, tanto fechadas, de múltipla escolha como abertas.

O questionário foi elaborado com o intuito de analisar os fatores considerados fundamentais para a educação financeira. Assim, foram considerados os seguintes quesitos para analisar o perfil de educação financeira dos tomadores de crédito da MCS: hábito de consumo, gastos e sua relação com a renda, uso do crédito, endividamento e inadimplência, propensão a poupar e investir, bem como estratégias de planejamento da aposentadoria.

Por fim, os dados foram tabulados e analisados por meio da estatística descritiva simples, com auxílio de planilha eletrônica.

4 Discussão e Análise dos Dados

Essa seção apresenta a análise dos dados obtidos junto aos tomadores de crédito da Maringá Crédito Solidário, entidade sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo promover a melhoria da qualidade de vida de empreendedores formais e informais por meio do microcrédito. A instituição foi constituída em 21 de maio de 2001 por iniciativa da Prefeitura Municipal de Maringá, Paraná, sob a forma de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), devidamente qualificada pelo Ministério da Justiça. A instituição é credenciada para atuar no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Ao longo do tempo a instituição conquistou sua sustentabilidade econômica, sendo reconhecida por seus clientes, parceiros e associados como promotora eficaz de desenvolvimento.

Conforme consta em seu relatório gerencial de 2019, desde sua fundação, foram realizadas 13.988 operações de crédito, compondo um montante de R\$35.091.845,62 (trinta e cinco milhões, noventa e um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos). Percebe-se a importância da instituição no contexto social do município de Maringá, visto que sua atuação no fomento aos micros e pequenos negócios contribuiu para a manutenção e geração de emprego, renda e ocupação. Ao todo, desde sua fundação, 8.916 empregos foram mantidos nos empreendimentos dos seus tomadores de microcrédito e 6.895 novos empregos foram gerados. A carteira ativa de clientes em dezembro de 2019 era de 282 clientes.

Do total dos pesquisados 67,9% são do sexo masculino e 32,1% do sexo feminino (Tabela 1). Com relação à faixa etária dos pesquisados, a maioria (46,4%) tem entre 31 a 50 anos, 21,4% tem menos de 30 anos, 14,3% se encontra na faixa etária de 51 a 60 anos e 17,9% tem acima de 60 anos, revelando que a maior parte dos tomadores de crédito são jovens adultos. Essa pergunta foi realizada de forma aberta, sendo possível identificar a idade média dos pesquisados (43 anos), a mínima (19 anos – dois pesquisados) e a máxima (79 anos – um pesquisado). Com relação ao estado civil, a maioria dos pesquisados são casados (60,7%), seguido pelos solteiros (32,1%). Apenas um dos pesquisados se encontra em união estável (3,6%) e um divorciado (3,6%).

Quanto ao grau de instrução, 35,7% dos pesquisados têm ensino médio, 7,1% têm ensino superior completo e 10,7% têm ensino superior incompleto. Dos pesquisados, 14,3% têm ensino fundamental incompleto e 28,6% têm ensino médio incompleto. Um dos pesquisados deixou de responder a esta questão.

A renda média individual declarada pelos pesquisados foi de R\$3.682,69. A renda mínima declarada foi de R\$1.700,00 e a máxima foi de R\$8.200,00. A renda média familiar declarada pelos pesquisados foi de R\$5.892,59, tendo a mínima de R\$2.500,00 e a máxima de R\$12.500,00. Com relação ao número de pessoas que dependem da renda familiar, para 28,3% dos pesquisados a renda deve ser suficiente para atender às necessidades de apenas duas pessoas, 28,3% para atender às necessidades de três pessoas, 35,7% as necessidades de quatro pessoas e para 7,1% dos pesquisados cinco pessoas dependem da renda familiar. Quando questionados se a renda familiar é suficiente para o pagamento das despesas da família, 14,3% responderam que não, enquanto que para 85,7% a renda

é suficiente. Para contornar a situação financeira quando a renda não é suficiente, os pesquisados mencionaram que fazem trabalhos extra ou que contam com recursos que foram poupados quando a renda excedia os gastos. Esse fato mostra a importância do ato de poupar para períodos de emergência. No que tange ao percentual da renda destinado às despesas básicas, como moradia, alimentação e transporte, a maioria (42,9%) dos pesquisados destinam entre 51 a 70% de sua renda para essas despesas. 10,7% dos pesquisados destinam até 30% de sua renda e 21,4% destinam de 31 a 50%. Apenas 7,1% dos pesquisados declararam destinar 90% de sua renda com as despesas básicas e 10,7% declararam destinar 80%. Dois pesquisados não responderam à questão. Dentre os quatro pesquisados que declaram que a renda não é suficiente para o pagamento das despesas da família, um deles declarou que destina 80% da renda em despesas básicas e outro destina 90%.

Tabela 1 - Caracterização dos pesquisados

SEXO	
Masculino	67,9%
Feminino	32,1%
FAIXA ETÁRIA	
Menos de 30 anos	21,4%
De 31 a 50 anos	46,4%
De 51 a 60 anos	14,3%
Acima de 60 anos	17,9%
ESTADO CIVIL	
Casado	60,7%
Solteiro	32,1%
União Estável	3,6%
Divorciado	3,6%
ESCOLARIDADE	
Ensino fundamental incompleto	14,3%
Ensino médio incompleto	28,6%
Ensino médio completo	35,7%
Ensino superior incompleto	10,7%
Ensino superior completo	7,1%
RENDA	
Individual mínima	R\$1.700,00
Individual média	R\$3.682,69
Individual máxima	R\$8.200,00
Familiar mínima	R\$2.500,00
Familiar média	R\$5.892,59
Familiar máxima	R\$12.500,00

Fonte: Elaborada com base nos dados coletados (2019).

Quando questionados se os pesquisados já receberam alguma orientação sobre gestão do dinheiro, 60,7% responderam que não, 17,9% mencionaram ter recebido orientação poucas vezes e 21,4% muitas vezes. Esses dados corroboram com Matta (2007), que enuncia que a maior parte da população não tem conhecimentos básicos sobre educação financeira. Dos que receberam orientação, a mesma foi recebida por meio de curso na faculdade, palestras, internet, amigos, dentre outros. Um pesquisado respondeu que recebeu orientação sobre gestão do dinheiro da instituição na qual tomou o microcrédito. Esses dados mostram a necessidade da participação de agentes educadores presentes nas instituições financeiras nesse processo de concessão do crédito. Tais ações podem ser a primeira ou única oportunidade na vida de muitas pessoas que se encontram em estado exclusão financeira de aprender sobre educação financeira e conseguir usar o crédito recebido de forma consciente, resultando no desenvolvimento do seu negócio.

Com relação ao uso do cartão de crédito, apenas 10,7% dos pesquisados declarou usar sempre essa modalidade para o pagamento de suas compras, 25% utiliza na maior parte das compras, 17,9%

utiliza apenas em casos de necessidade e 46,4% declarou não utilizar essa modalidade de pagamento. Dentre os pesquisados que se utiliza do cartão de crédito, apenas um declarou que às vezes faz apenas o pagamento mínimo da fatura. Os demais sempre pagam o valor integral da fatura no vencimento. O uso consciente do crédito é uma das habilidades do indivíduo educado financeiramente. O cartão de crédito se destaca entre as modalidades de crédito mais utilizadas, e com taxas mais altas, caso o indivíduo não consiga efetuar o pagamento integral do valor da fatura. A pesquisa mostrou que, mesmo a maioria dos pesquisados não tendo recebido orientação sobre gestão do dinheiro, a grande maioria não usa o cartão de crédito de forma indiscriminada e, ao usar, realiza o pagamento de forma responsável.

O financiamento é outra modalidade de crédito muito utilizada, principalmente quando se tem a necessidade (ou desejo) de antecipar o consumo. Claudino, Nunes e Silva, (2009) mencionam que é grande a facilidade de se fazer um financiamento pessoal no Brasil. Os dados corroboram com o que mencionam os autores, ao mostrar que apenas 17,9% dos pesquisados nunca recorreram a este recurso. Os demais (82,1%) recorreram a este recurso uma vez (42,8%) ou mais (39,3%). Dentre os itens financiados, foram citados veículos automotivos (carro ou moto) e instrumentos musicais. Os pesquisados também declararam utilizar de empréstimo pessoal para quitação de dívidas e pagamento de INSS. No momento em que a pesquisa foi realizada, 64,3% dos pesquisados se encontravam com um financiamento em aberto. O valor médio das parcelas é de R\$652,44 (valor mínimo de R\$495,00 e máximo de R\$1.200,00). Considerando a renda média familiar dos pesquisados (R\$5.892,59), o valor médio das parcelas equivaleria a 11,07% da renda. A representatividade sobe para 19,8% quando se compara o valor mínimo da parcela com a renda mínima declarada (R\$495,00/R\$2.500,00) e cai para 9,6% quando se compara o valor máximo da parcela com a renda máxima declarada (R\$1.200,00/R\$12.500,00). Os dados mostram que os indivíduos de menor renda se encontram mais endividados que os de maior renda.

A compra a prazo também se apresenta como uma modalidade de crédito muito utilizada. No entanto, a pesquisa revelou que, 42,9% dos pesquisados pagam por suas compras à vista, sempre, e que 32,1% realizam o pagamento à vista, na maioria das vezes. Dos demais, 14,3% parcelam o pagamento na maioria das vezes e apenas 10,7% sempre parcelam o pagamento de suas compras.

A grande quantidade de produtos no mercado faz com que as pessoas fiquem mais propensas ao consumismo, levando a problemas de gestão financeira (Coelho, 2014). Dessa forma, o consumo consciente é outro ponto de extrema importância quando se trata de educação financeira, conforme aponta Pinheiro (2008). Nesse quesito, foi possível verificar que a maioria dos pesquisados tem um consumo consciente, não comprando por impulso/desejo, mas sim por necessidade, haja vista que 82,1% mencionou que, na maioria das vezes, realiza uma compra apenas após verificar a necessidade do item. Por sua vez, 14,3% mencionou que realiza a compra, na maioria das vezes, após ver a propaganda do item e 3,6% após ver o item na vitrine de uma loja.

Klapper, Lusardi e Panos (2012) mencionam que o indivíduo que possui educação financeira tem habilidades para gerenciar suas contas. Quando questionados se mantém suas contas em dia, 50% dos pesquisados declaram manter sempre em dia, 46,4% declararam manter em dia quando tem recursos para efetuar o pagamento e apenas um pesquisado (3,6%) declarou que deixar as contas em dia não é uma prioridade, declarando também que esta é uma situação normal e recorrente em sua vida (Tabela 2). Essa situação corrobora com o que argumenta Ferreira (2008), que tem aumentado cada dia mais o conformismo e aceitação social da inadimplência, sendo encarado como uma situação a que a vida nos leva e não como uma decisão tomada conscientemente em relação à própria vida financeira.

Conforme apresentado na tabela, apenas 21,4% dos pesquisados declarou que a dívida é uma situação que consegue evitar, enquanto que para 78,6% a dívida é uma situação inevitável, diante de problemas do cotidiano (46,4%) ou uma situação normal e recorrente em sua vida (32%). Mesmo entre os pesquisados que declararam sempre pagar as contas em dia, a dívida está presente em suas vidas. Klapper, Lusardi e Panos (2012) afirmam que quanto maior o nível de educação financeira, menores são as chances de se endividar. Nesse quesito, pode-se dizer que os pesquisados apresentam perfil mais distante de um indivíduo educado financeiramente.

Tabela 2 - Relação entre pagamento das contas e situação da dívida.

A DÍVIDA É	MANTÉM AS CONTAS EM DIA			Total
	Não, deixar as contas em dia não é uma prioridade	Sim, quando tenho recursos para efetuar o pagamento	Sim, sempre	
Uma situação inevitável, diante de problemas do cotidiano	-	8	5	13
Uma situação normal e recorrente em minha vida	1	3	5	9
Uma situação que consigo evitar	-	2	4	6
TOTAL GERAL	1	13	14	28

Fonte: Elaborada com base nos dados coletados (2019).

O controle financeiro é um quesito de extrema importância quando se trata da educação financeira. A pesquisa mostrou que 39,3% dos pesquisados não fazem nenhum tipo de controle de seus gastos. Dos que fazem controle, 46,4% o fazem por meio de anotações em papel e 14,3% por meio de planilha eletrônica, sendo a planilha um importante instrumento de auxílio nas práticas da educação financeira, segundo Krüger (2014).

Para Wisniewski (2011), a utilização de ferramentas próprias para gestão financeira é muito importante para a pessoa ser educada financeiramente e vão contribuir com a capacidade de poupar da pessoa. O ato de poupar apresenta extrema relevância para os indivíduos que buscam por um futuro de independência financeira e deve ser desenvolvido desde a mais tenra idade. O estudo mostrou que 50% dos pesquisados receberam ensinamentos sobre o ato de poupar em sua infância (Tabela 3). Os demais, não receberam (32,1%) ou receberam muito pouco (17,9%). No entanto, mesmo entre os pesquisados que receberam ensinamentos na infância sobre o ato de poupar, 78,6% não tem o hábito de poupar atualmente enquanto que apenas 21,4% tem o hábito de poupar atualmente.

Tabela 3 - Relação hábito de poupar e ensino a respeito

Tem o hábito de poupar	Responsáveis ensinaram a poupar na infância			
	Muito pouco	Não	Sim	Total
Não	4	6	11	21
Sim	1	3	3	7
Total Geral	5	9	14	28

Fonte: Elaborada com base nos dados coletados (2019).

Estudo de Vieira, Bataglia e Sereia (2011) aponta que 70,8% das pessoas pesquisadas não tem o hábito de poupar. Os dados desta pesquisa relatam uma situação um pouco pior, na qual 75% dos pesquisados não tem o hábito de poupar. Dentre os pesquisados que tem esse hábito, os mesmos costumam poupar para investir, comprar um bem à vista, ter uma reserva financeira e viajar.

Lusardi e Mitchell (2007) afirmam que, no longo prazo, a educação financeira está diretamente ligada ao planejamento da aposentadoria, tendo em vista que o indivíduo educado financeiramente deve saber poupar seu dinheiro pensando no futuro. Nesse contexto, a busca pelo melhor investimento dos recursos poupados é de grande valia para cumprir com o planejamento da aposentadoria. Quando questionados sobre o investimento, 50% declarou que não tem o hábito de investir. Dos que costumam investir, o fazem investindo em imóveis (6 pesquisados), aplicações de curto (um pesquisado) e longo prazo (4 pesquisados), previdência privada (um pesquisado), poupança (um pesquisado) e investimento na própria empresa (um pesquisado). Dentre os indivíduos que declarou não ter o hábito de poupar, 66,7% não tem o hábito de investir. Mesmo declarando não ter

o hábito de poupar, um pesquisado declarou que investe em previdência privada, dois em aplicações de longo prazo e quatro em imóveis. Os dados mostram que uma parte significativa dos pesquisados não estão se planejando para a aposentadoria, tendo em vista que 50% não tem o hábito de investir, ou seja, não estão formando patrimônio que lhes trariam uma receita passiva na aposentadoria.

Os pesquisados foram questionados sobre sua situação financeira nos últimos doze meses, ao passo que 42,9% declarou ter tido uma situação estável, 35,7% instável em alguns momentos e 17,9% declarou que o período foi de grande instabilidade.

Ferreira (2008) mostra que cada vez mais tem-se aumentado a conformidade das pessoas em contrair dívidas. Muitas vezes, essas dívidas chegam ao extremo de a pessoa ter seu nome negativado, o que aconteceu com 78,6% dos pesquisados, que tiveram seus nomes negativados uma vez (53,6%) ou mais (25%). Dentre os motivos para que o nome fosse negativado, os pesquisadores relataram que foi por falta de pagamento de dívidas com construção de casa, com o cartão de crédito, com energia e com saúde. Um pesquisado relatou que foi por falta de controle financeiro. Assim, no quesito endividamento, a pesquisa aponta para a falta de conhecimentos financeiros por boa parte dos pesquisados, tendo em vista que apenas 21,4% dos pesquisados nunca tiveram seus nomes negativados. De acordo com Pinheiro (2008), quanto maior o nível de educação financeira do indivíduo, mais consciente vão ser as escolhas de produtos e serviços financeiros sendo menor a chance de se endividar.

5 Conclusões

Halfeld (2001) entende que a educação financeira busca o equilíbrio econômico através de competências pessoais. O autor afirma ainda que a educação financeira deveria ser basilar para todos os consumidores, ajudando a investir dinheiro e ensinando a poupar e ampliar o entendimento sobre finanças básicas e avançadas. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo compreender o perfil dos tomadores de microcrédito da OSCIP Maringá Crédito Solidário com relação à educação financeira. Para tanto, foram considerados os seguintes quesitos: hábito de consumo, gastos e sua relação com a renda, uso do crédito, endividamento e inadimplência, propensão a poupar e investir, bem como o planejamento para a aposentadoria dos pesquisados.

A pesquisa revelou que a maioria dos pesquisados tem um consumo consciente, haja vista que não compram por impulso/desejo, mas sim por necessidade (82,1% mencionou que, na maioria das vezes, realiza uma compra apenas após verificar a necessidade do item). Ademais, para 85,7% a renda é suficiente para fazer frente aos gastos. A maioria (42,9%) dos pesquisados destinam entre 51 a 70% de sua renda para despesas básicas como moradia, alimentação e transporte e 21,4% destinam de 31 a 50%. Nesses quesitos (hábito de consumo, gastos e sua relação com a renda) pode-se dizer que grande parte dos pesquisados possuem um bom perfil de educação financeira.

O uso consciente do crédito é uma competência de extrema importância quando se trata de educação financeira. No quesito crédito, a pesquisa abordou o uso de três modalidades: cartão de crédito, financiamento e compras a prazo. Com relação ao cartão de crédito, a pesquisa revelou que a grande maioria não utiliza o cartão de crédito de forma indiscriminada, tendo em vista que apenas um pesquisado declarou que, às vezes, faz apenas o pagamento mínimo da fatura. Os demais sempre pagam o valor integral da fatura no vencimento. Compras a prazo também não é uma modalidade de crédito muito utilizada pelos pesquisados, pois 74,1% dos pesquisados pagam por suas compras à vista, sempre ou na maioria das vezes. O contrário acontece com relação ao financiamento, tendo em vista que apenas 17,9% nunca recorreu a esta modalidade de crédito. Os demais (82,1%) recorreram a este recurso uma vez (42,8%) ou mais (39,3%) em algum momento de sua vida. No momento em que a pesquisa foi realizada, 64,3% dos pesquisados se encontravam com um financiamento em aberto. O estudo mostrou que os indivíduos de menor renda se encontram mais endividados (valor da parcela representa 19,8% da renda) que os de maior renda (valor médio das parcelas representa 11,07% da renda média e valor máximo da parcela representa 9,6% da renda máxima).

Mesmo com uma leve queda no endividamento geral dos brasileiros em outubro de 2019, em comparação a setembro, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

(Fecomércio, 2019), 64,7% das famílias relatou ter dívidas. Esse dado alarmante está diretamente ligado aos resultados da pesquisa realizada, a qual mostrou que apenas 21,4% dos pesquisados conseguem evitar dívidas. Para 78,6% dos pesquisados, a dívida é uma situação inevitável, diante de problemas do cotidiano (46,4%) ou uma situação normal e recorrente em sua vida (32%). O alto grau de endividamento pode levar os indivíduos a uma situação de inadimplência e, assim, ter seus nomes negativados, o que aconteceu com 78,6% dos pesquisados, que tiveram seus nomes negativados uma vez (53,6%) ou mais (25%). A pesquisa mostrou que 39,3% dos pesquisados não fazem nenhum tipo de controle de seus gastos e dos que fazem, 46,4% o fazem por meio de anotações em papel. A não utilização de controle financeiro é um fato que pode ter contribuído, em grande medida, para o alto nível de endividamento e, conseqüentemente, à inadimplência.

Outro quesito analisado foi a propensão a poupar e investir. A pesquisa mostrou que 75% dos pesquisados não tem o hábito de poupar. Dentre os pesquisados que tem esse hábito, os mesmos costumam poupar para investir, comprar um bem à vista, ter uma reserva financeira e viajar. Com relação ao investimento, 50% declarou que não tem o hábito de investir. Dos que costumam investir, o fazem investindo em imóveis, aplicações de curto e longo prazo, previdência privada, poupança e investimento na própria empresa. Os dados mostram que uma parte significativa dos pesquisados não estão se planejando para a aposentadoria, tendo em vista que 50% não tem o hábito de investir, ou seja, não estão formando patrimônio que lhes trariam uma receita passiva na aposentadoria. Essa falta de planejamento para a aposentadoria pode ser sentida, também, pelo fato de que 35,7% dos pesquisados declararam passar situação financeira instável em alguns momentos e 17,9% um período de grande instabilidade.

Ante o exposto, a pesquisa cumpriu com o objetivo proposto e mostrou que os tomadores de microcrédito da Maringá Crédito Solidário apresentam apenas alguns quesitos de um indivíduo educado financeiramente, podendo refletir negativamente na gestão do seu negócio. A implementação da educação financeira como eixo transversal nas escolas é um passo em direção à mudança desse quadro no longo prazo. Entretanto, outras medidas devem ser tomadas para melhorar essa situação no curto prazo, como políticas públicas em forma de cursos e campanhas de conscientização da população. Ademais, para esse público específico, a participação de agentes educadores presentes nas instituições financeiras se mostra essencial no processo de concessão do crédito. Tais ações podem ser a primeira, ou única, oportunidade na vida de muitas pessoas para aprender sobre educação financeira e conseguir usar o crédito recebido de forma consciente, resultando no desenvolvimento do seu negócio.

Embora tenha cumprido com o objetivo proposto, uma das limitações da pesquisa foi a baixa adesão dos tomadores de microcrédito à pesquisa, pois apenas 28 participantes responderam ao questionário. A baixa disposição a responder uma pesquisa desse gênero é compreensível, pois, por estarem em uma posição de devedores, muitos têm receio em responder qualquer tipo de pesquisa. No entanto, como o intuito da pesquisa não foi a generalização dos dados, considera-se que os resultados alcançados possam contribuir para futuras ações, não apenas na instituição em questão, a MCS, mas em todas as instituições financeiras, pública e privada. Tais instituições podem oferecer algum curso de formação sobre educação financeira aos seus clientes na tentativa de reduzir endividamento e inadimplência, conscientizar sobre o consumo, oferecer noções de juros tanto em posição de financiamento como investimentos, enfim, oferecer algum conhecimento que auxilie na gestão financeira pessoal e de seus negócios. No campo teórico, este estudo pode contribuir para a área de educação financeira, mostrando a carência de conhecimento que a população pesquisada tem e incentivando que diferentes públicos possam ser pesquisados, como a terceira idade, os desempregados, mulheres empreendedoras, jovens empreendedores, crianças em idade escolar, pessoas em situação de vulnerabilidade, e, assim, para que mais ações práticas também possam ser implementadas.

Referências

- Amorim, K. A. F. de; Lucena, G. K. F.; Girão, L. F. de A. P. & Queiroz, D. B. de. (2018). A influência da educação financeira na inserção dos investidores no mercado de capitais brasileiro: um estudo com discentes da área de negócios. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia (RACE)*, Joaçaba: Ed. Unoesc, v. 17, n. 2, p. 567-590, maio/ago. Recuperado de: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/>.
- Banco Central do Brasil. (2021). *O Banco Central e a Educação Financeira*. Recuperado de: <https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbcuniversidade%2FintroducaoPEF.asp>.
- Banco Central do Brasil (2011). *Relatório de Inclusão Financeira*. n.2. Recuperado de: <https://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/RIF2011.pdf>.
- Claudino, L. P., Nunes, M. B. & Silva, F. C. (2009). Finanças Pessoais: Um estudo de caso com servidores públicos. In: *Anais do SEMEAD - Seminários em Administração*, São Paulo, SP, 14.
- Coelho, T. C. F. (2014). *Educação financeira para crianças e adolescentes*. Monografia (Graduação em Administração) - Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora, Juiz de Fora MG, Brasil. Recuperado de: <http://educacaofinanceira.com.br/index.php/escolas/conteudo/tcc>.
- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. (2010). *Número de brasileiros endividados chega a maior nível desde 2010*. Recuperado de: <http://www.cnc.org.br/editorias/economia/noticias/numero-de-brasileiros-endividados-chega-maior-nivel-desde-2010>.
- Correia, F. W. S. (2015). *Educação financeira*. Monografia (Pós-graduação Gestão financeira moderna) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de: <http://educacaofinanceira.com.br/index.php/escolas/conteudo/tcc>
- Costa, C. M. & Miranda, C. J. de. (2013). Educação financeira e taxa de poupança no Brasil. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*. UNEB, Salvador, v. 3, n. 3, p. 57-74, set./de.
- Direção Geral da Educação. (2021). Portugal. *Plano Nacional de Formação Financeira*. Recuperado de: <https://www.dge.mec.pt/plano-nacional-de-formacao-financeira>.
- Estrella, J. (2008). *O efeito do microcrédito como uma política de redução de desigualdade de oportunidade e melhoria de bem-estar*. 2008. 234 f. (Tese de doutorado em ciência política) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.
- Fecomércio. (2019). *CNC: endividamento dos brasileiros cai pela primeira vez em 2019*. Recuperado de: <https://fecomerciorn.com.br/noticias/cnc-endividamento-dos-brasileiros-cai-pela-primeira-vez-em-2019/>.
- Ferreira, V. R. M. (2008). *Psicologia Econômica: estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Apostila.
- Freitag, V. da C.; Cuz, T. C. H. da; Silveira, A. C.; Pereira, D. S. L. & Mario, K. J. (2009). A contabilidade para controle das finanças pessoais: A visão do acadêmico. In: *Seminários em Administração (SEMEAD)*, 12, São Paulo. Anais. São Paulo: Universidade de São Paulo. p. 1-17.

- Gonzalez, L.; Piza, C. T. & Garcia, D. B. (2010). Sinergia entre microsseguro e microcrédito e o crescimento dos mercados no Brasil. *Revista Brasileira de Risco e Seguro*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 45-84, out. 2009/mar.
- Greatti, L. & Previdelli, J. J. (2007). O uso do Plano de Negócios como instrumento de análise comparativa das trajetórias de sucesso e de fracasso empresarial. In: *Causas de Mortalidade de pequenas empresas. Coletânea de estudos*. Hilka vier Machado (org.). Maringá: Eduem. p. 27-51.
- Halfeld, M. (2001). *Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro*. São Paulo: Fundamentos.
- Hira, T. K. (2009). *Personal Finance: past, present and future*. Dez. Recuperado de: <http://ssrn.com/abstract=1522299>.
- Jung, C. F. (2004). *Metodologia para pesquisa & desenvolvimento: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos*. Rio de Janeiro: Axcel Books.
- Krüger, F. (2014) *Avaliação da educação financeira no orçamento familiar*. Trabalhos de conclusão de curso (Tecnólogo em Processos Gerenciais) - Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia – FATTEP, Concórdia, SC, Brasil. Recuperado de: <http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/fernandakruger.pdf>.
- Klapper, L.; Lusardi, A. & Panos, G. A. (2012). *Financial Literacy and the Financial Crisis*. Março, Recuperado de: <http://ssrn.com/abstract=2038765>.
- Lusardi, A. & Mitchell, O. (2007). Financial Literacy and Retirement Preparedness: Evidence and Implications for Financial Education. *Business Economics*, v. 42, n. 1, p. 35-44.
- Marques, M. L. M. & Frade, C. (2003). *Regular o sobreendividamento* (Relatório de Pesquisa). Coimbra, Portugal, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Martins, J. P. (2004). *Educação Financeira ao Alcance de Todos*. São Paulo: Fundamento. 103 p.
- Matos, C. A.; Bonfanti, K. & Mente, F. M. B. (2015). Comportamento do consumidor endividado: um estudo exploratório com indivíduos de baixa renda. *Gestão e Sociedade*, v. 8, n. 20, p. 670-687.
- Matta, R. C. B. (2007). Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5293/1/2007%20Rodrigo%20Oct%20c3%a1vio%20Beton%20Matta.pdf>.
- MCS - Crédito Solidário. *Relatório financeiro de 2019*. (2019). Recuperado de: https://www.creditosolidario.com.br/relatorios_financeiros.
- Meier, S. & Sprenger, C. D. (2012). *Discounting financial literacy: Time preferences and participation in financial education programs*. Journal of Economic Behavior & Organization, Estados Unidos, p. 159-174.

- Organization for Economic Co-Operation and Development (OECD). (2021). *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. Recuperado de: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>.
- PEIC. *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor*. (2021). Fecomércio São Paulo. Recuperado de: <https://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/peic>.
- Plano Nacional de Formação Financeira. (2016). *Referencial de Formação Financeira: Micro, Pequenas e Médias Empresas*. Lisboa: Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.
- Savoia, J. R. P., Saito, A. T. & Santana, F.A. (2007). Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, RJ, 41(6), 1121-1141. Recuperado de: <http://w.scielo.br/pdf/rap/v41n6/06.pdf>.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2014). *Causa Mortis: O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida*. Recuperado de: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Anexos/causa_mortis_2014.pdf.
- Serviço de Proteção ao Crédito. (2021). *Inadimplência das empresas volta a acelerar e cresce 4,02% em junho, mostra indicador da CNDL/SPC Brasil*. Recuperado de: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indice/6557>.
- Wisniewski, M. L. G. (2011). A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. *Revista Intersaberes*, Curitiba, ano 6, n.12, p.155-172.

Dados dos autores:

Leomar Antônio Romanzini Filho

Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: leomarromanzini@hotmail.com

Vilma Meurer Sela

ORCID: <http://Orcid.org/0000-0002-8594-9471>

Doutora em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil. Professora do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: vm sela@uem.br

Ligia Greatti

ORCID: <http://Orcid.org/0000-0003-2152-3380>

Doutora em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil. Professora e Coordenadora Adjunta do Curso de Administração da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: lgreatti@uem.br

Como citar este artigo:

Romanzini Filho, L. A.; Sela, V. M. & Greatti, L. (2022). Educação Financeira dos tomadores de Microcrédito de uma OSCIP no município de Maringá-PR. *AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 11(2). <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v11i2.2582>